



R.A. 203.419/2021

TRANSMISSORA DE ENERGIA CAMPINAS ITATIBA -SPE S.A.

Demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2020
Com relatório do auditor independente

Conteúdo

| | |
|--|----|
| Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis | 3 |
| Balancos patrimoniais | 6 |
| Demonstrações de resultados | 7 |
| Demonstrações de resultados abrangentes | 8 |
| Demonstrações das mutações do patrimônio líquido | 9 |
| Demonstrações dos fluxos de caixa | 10 |
| Notas explicativas às demonstrações contábeis | 11 |

Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Contábeis

Administradores e Acionistas da
Transmissora de Energia Campinas Itatiba – SPE S.A.
São Paulo – SP

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Transmissora de Energia Campinas Itatiba – SPE S.A. (Companhia), que compreendem os balanços patrimoniais em 31 de dezembro 2020 e as respectivas demonstrações dos resultados, dos resultados abrangentes, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2020, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia;
- avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração;

- concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional;
- avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

São Paulo, 25 de março de 2021.



LCC AUDITORES INDEPENDENTES
CRC N° 2SP029650/O-4
Marcello Lopes dos Santos
CRC N° 1SP188429/O-2

TRANSMISSORA DE ENERGIA CAMPINAS ITATIBA - SPE S.A.

Balancos patrimoniais

Em 31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019

Em milhares de reais

| | Nota | 31/12/2020 | 31/12/2019 |
|--|------|----------------|----------------|
| Ativo | | | |
| Ativo circulante | | | |
| Caixa e equivalentes de caixa | 4 | 27 | 24.734 |
| Impostos a recuperar | 5 | 4 | 5 |
| Despesas antecipadas | 6 | 121 | 121 |
| Ativo contratual da concessão | 8 | 6.503 | 3.829 |
| | | 6.655 | 28.689 |
| Ativo não circulante | | | |
| Despesas antecipadas | 6 | 28 | 150 |
| Cauções e depósitos judiciais | 7 | 5.179 | 5.098 |
| Ativo contratual da concessão | 8 | 158.779 | 97.312 |
| | | 163.986 | 102.560 |
| Total do ativo | | 170.641 | 131.249 |
| Passivo | | | |
| Passivo circulante | | | |
| Fornecedores | 9 | 7.610 | 9.992 |
| Debêntures | 10 | 3.901 | 3.038 |
| Obrigações tributárias | 11 | 1.424 | 324 |
| | | 12.935 | 13.354 |
| Não circulante | | | |
| Debêntures | 10 | 77.121 | 58.583 |
| Partes relacionadas | 12 | 1.933 | - |
| Provisões para litígios | 13 | 7.501 | 7.769 |
| Impostos e contribuições diferidos | 14 | 11.035 | 6.743 |
| | | 97.590 | 73.095 |
| Patrimônio líquido | | | |
| Capital social | 15 | 20.923 | 20.923 |
| Reserva legal | | 1.683 | 917 |
| Reserva de lucros a realizar | | 37.510 | 22.960 |
| | | 60.116 | 44.800 |
| Total do passivo e patrimônio líquido | | 170.641 | 131.249 |

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

TRANSMISSORA DE ENERGIA CAMPINAS ITATIBA - SPE S.A.

Demonstrações de Resultado

Em 31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019

Em milhares de reais

| | Nota | 31/12/2020 | 31/12/2019 |
|--|------|------------|------------|
| Receita operacional líquida | 16 | 61.801 | 74.872 |
| Custo dos serviços de implementação da infraestrutura e de operação e manutenção | 17 | (43.650) | (52.675) |
| Lucro bruto | | 18.151 | 22.197 |
| (Despesas)/receitas operacionais Gerais e administrativas | 17 | (392) | (769) |
| | | (392) | (769) |
| Resultado operacional | | 17.759 | 21.428 |
| Resultado financeiro, líquido | 18 | | |
| Receitas Financeiras | | 684 | 500 |
| Despesas financeiras | | (977) | (1.203) |
| | | (293) | (703) |
| Lucro antes do IRPJ e CSLL | | 17.466 | 20.725 |
| IRPJ e CSLL corrente | | (199) | (15) |
| IRPJ e CSLL diferido | | (1.951) | (2.371) |
| Lucro líquido do exercício | | 15.316 | 18.339 |

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

TRANSMISSORA DE ENERGIA CAMPINAS ITATIBA - SPE S.A.

Demonstrações dos resultados abrangentes

Em 31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019

Em milhares de reais

| | <u>31/12/2020</u> | <u>31/12/2019</u> |
|-----------------------------------|----------------------|----------------------|
| Lucro líquido do exercício | <u>15.316</u> | <u>18.339</u> |
| Lucro líquido do exercício | <u>15.316</u> | <u>18.339</u> |

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

TRANSMISSORA DE ENERGIA CAMPINAS ITATIBA - SPE S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido
Em 31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019
Em milhares de reais

| | Capital social | Adiantamento para futuro aumento de capital | Reservas de lucro | | Lucros acumulados | Total |
|---|----------------|---|-------------------|------------------------------|-------------------|---------------|
| | | | Reserva legal | Reserva de lucros a realizar | | |
| Saldos em 31 de dezembro de 2018 | 100 | - | - | 2 | - | 102 |
| Aumento de capital | 20.823 | (20.823) | - | - | - | - |
| Adiantamento para futuro aumento de capital | - | 20.823 | - | - | - | 20.823 |
| Ajustes de exercícios anteriores | - | - | - | - | 5.536 | 5.536 |
| Lucro do exercício | - | - | - | - | 18.339 | 18.339 |
| Destinação do lucro do exercício | | | | | | |
| Constituição da reserva legal | - | - | 917 | - | (917) | - |
| Reserva de lucro a realizar | - | - | - | 22.958 | (22.958) | - |
| Saldos em 31 de dezembro de 2019 | 20.923 | - | 917 | 22.960 | - | 44.800 |
| Lucro do exercício | - | - | - | - | 15.316 | 15.316 |
| Destinação do lucro acumulado | | | | | | |
| Constituição da reserva legal | - | - | 766 | - | (766) | - |
| Reserva de lucro a realizar | - | - | - | 14.550 | (14.550) | - |
| Saldos em 31 de dezembro de 2020 | 20.923 | - | 1.683 | 37.510 | - | 60.116 |

As notas explicativas da Administração são parte integrante das informações contábeis.

TRANSMISSORA DE ENERGIA CAMPINAS ITATIBA - SPE S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa

Em 31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019

Em milhares de reais

| | <u>31/12/2020</u> | <u>31/12/2019</u> |
|--|-------------------|-------------------|
| Fluxo de caixa das atividades operacionais | | |
| Lucro líquido do exercício | 15.316 | 18.339 |
| Ajuste do ativo contratual | - | 7.070 |
| Atualização do Ativo Contratual | (12.680) | (5.337) |
| Margem de construção do Ativo Contratual | (7.811) | (26.768) |
| Pis e Cofins corrente e diferido | 2.341 | (856) |
| IRPJ e CSLL corrente e diferido | 1.951 | (678) |
| | <u>(883)</u> | <u>(8.230)</u> |
| (Aumento)/diminuição nos ativos | | |
| Impostos a recuperar | 1 | (5) |
| Despesas antecipadas | 121 | 128 |
| Cauções e depósitos judiciais | (81) | (5.098) |
| | <u>42</u> | <u>(4.975)</u> |
| Aumento/(diminuição) nos passivos | | |
| Fornecedores | (2.382) | 6.283 |
| Partes relacionadas | 1.933 | (14.611) |
| Obrigações sociais e trabalhistas | - | (118) |
| Obrigações tributárias | 1.100 | 307 |
| Impostos e contribuições diferidos | - | 6.743 |
| Provisões para litígios | (268) | 7.769 |
| | <u>383</u> | <u>6.373</u> |
| Aumento/(diminuição) de capital | <u>(458)</u> | <u>(6.832)</u> |
| Fluxo de caixa das atividades de investimento | | |
| Ativo contratual da concessão | (43.650) | (52.675) |
| Caixa líquido (aplicado) em atividades de investimentos | <u>(43.650)</u> | <u>(52.675)</u> |
| Fluxo de caixa das atividades de financiamentos | | |
| Aumento (redução) de capital | - | 20.823 |
| Debêntures | 19.401 | 61.621 |
| Caixa líquido gerado em atividades de financiamento | <u>19.401</u> | <u>82.444</u> |
| Aumento líquido/(diminuição) de caixa e equivalentes de caixa | <u>(24.707)</u> | <u>22.937</u> |
| Caixa e equivalentes no início do exercício | 24.734 | 1.797 |
| Caixa e equivalentes no fim do exercício | 27 | 24.734 |
| Aumento líquido/(diminuição) de caixa e equivalentes de caixa | <u>(24.707)</u> | <u>22.937</u> |

As notas explicativas da Administração são parte integrante das informações contábeis.

1. Contexto Operacional

A Transmissora de Energia Campinas-Itatiba SPE S.A. “Campitiba” é uma sociedade empresária anônima de capital fechado, cujo objeto social único e exclusivo é a prestação de serviços públicos de transmissão de Energia Elétrica, incluindo a Construção, Operação e Manutenção das Instalações de Transmissão do Sistema Interligado Nacional. Por se tratar de uma concessionária de serviço público de transmissão de energia elétrica, suas atividades são regulamentadas e fiscalizadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL.

A Companhia encontra-se em fase pré-operacional, tem prazo de duração determinado, perdurando, desta forma, até a consecução de seu objeto social e pelo prazo necessário para o cumprimento integral das obrigações decorrentes do Contrato de Concessão Administrativa, celebrado com a União por intermédio da ANEEL - Agência Nacional de Energia Elétrica.

1.1. Da concessão

O Contrato de Concessão de Serviço Público de Transmissão de Energia Elétrica nº 14/2016 - ANEEL, datado de 27 de junho de 2016, celebrado com a União, por intermédio da ANEEL- Agência Nacional de Energia Elétrica decorrente do Edital do Leilão N° 13/2015 ANEEL, processo N° 48500.003580/2015-77 e de seus eventuais aditamentos e/ou prorrogações, outorgou à Companhia, a concessão dos Serviços de Transmissão de Energia Elétrica pelo prazo de 30 anos, que consiste na instalação de transmissão no estado de São Paulo, composta pelo segundo circuito da Linha de Transmissão Campinas-Itatiba, de 500 kV, circuito simples, com origem na Subestação Campinas e término na Subestação Itatiba, com 25,1 KM de extensão, composto por conexões de unidades de transformação, entradas de linha, interligações de barramentos, instalações vinculadas e demais instalações necessárias às funções de medição, supervisão, proteção, comando, controle, telecomunicação, administração e apoio, em cumprimento ao Contrato de Concessão de Concessão.

A Campitiba deverá disponibilizar as instalações de transmissão para início das operações em 27 de junho de 2021, conforme previsto no Contrato de Concessão, e o investimento total previsto é de R\$ 91.795.000. A Receita Anual Permitida - RAP foi determinada em R\$17.329.867 (valor original) ao ano na data do leilão, com recebimento em cotas mensais.

A RAP é corrigida anualmente pelo Índice Nacional de Preços ao

Consumidor Amplo - IPCA e será válida por todo o prazo de operação comercial. A Companhia considera o início de recebimento da RAP a partir de julho de 2021.

2. Apresentação das informações contábeis e base de elaboração das informações contábeis

As informações contábeis da Companhia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2019 foram autorizadas pela Diretoria em 20/03/2021.

2.1. Declaração de conformidade

As demonstrações contábeis da Companhia foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais incluem as disposições da Lei das Sociedades por Ações e normas e Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, que estão em conformidade com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* - IASB.

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira, os pronunciamentos, as orientações, e as interpretações técnicas emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC.

A Companhia segue também as orientações descritas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico Brasileiro e as normas definidas pela ANEEL-Agência Nacional de Energia Elétrica.

A Administração entende que todas as informações relevantes estão evidenciadas nas demonstrações contábeis, e correspondem às informações utilizadas na sua gestão.

2.2. Base de preparação

As demonstrações contábeis são mensuradas e estão apresentadas em milhares de reais (R\$), moeda funcional da Companhia. Devido aos arredondamentos, os números ao longo deste documento podem não perfazer precisamente aos totais apresentados.

2.3. Julgamento, estimativas e premissas contábeis significativas

A preparação das informações contábeis requer o uso de estimativas contábeis, baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas informações contábeis.

Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a avaliação dos ativos financeiros pelo valor justo, ativos financeiros da concessão, assim como da análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para contingências e de constituição de ativos.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas informações contábeis devido ao processo inerente das estimativas. A Companhia revisa suas estimativas anualmente.

3. Principais práticas contábeis

3.1. Ativos de concessão

Conforme previsto no contrato de concessão, a Concessionária atua como prestador de serviço. A Concessionária implementa, amplia, reforça ou melhora a infraestrutura para prestar um serviço público além de operar e manter essa infraestrutura (serviços de operação e manutenção) e é remunerada por essa disponibilidade durante o prazo da concessão.

O contrato de concessão não transfere à Concessionária o direito de controle do uso da infraestrutura de serviços públicos. É prevista apenas a cessão de posse desses bens para realização dos serviços públicos, sendo os bens revertidos ao Poder Concedente após o encerramento do respectivo contrato.

A concessionária tem direito de operar a infraestrutura para a prestação dos serviços públicos em nome do Poder Concedente, nas condições previstas no contrato de concessão e deve registrar e mensurar a receita dos serviços que presta de acordo com os Pronunciamentos Técnicos CPC 47 - Receita de Contrato com Clientes, CPC 48 - Instrumentos Financeiros e ICPC 01 (R1) - Contratos de Concessão.

Ativo de Concessão - contratual - O ativo contratual origina-se da obrigação de construir e implementar a infraestrutura de transmissão, sendo a receita reconhecida ao longo do tempo do projeto, porém o recebimento do fluxo de caixa está condicionado à satisfação da obrigação de desempenho de operação e manutenção. À medida que a Companhia opera e mantém a infraestrutura, a parcela do ativo contratual equivalente à contraprestação daquele mês pela satisfação da obrigação de desempenho de construir torna-se um ativo contratual, pois nada

mais além da passagem do tempo será requerida para que o referido montante seja recebido. O valor do ativo contratual das concessionárias de transmissão de energia é formado de fluxo de caixa futuro e é estimado no início da concessão e as premissas de sua mensuração são revisadas na Revisão Tarifária Periódica (RTP). Os fluxos de caixa são definidos a partir da Receita Anual Permitida (RAP), que é a contra-prestação que as concessionárias recebem pela prestação do serviço público de transmissão aos usuários. Estes recebimentos amortizam os investimentos e podem gerar o direito de indenização do Poder Concedente ao final do Contrato de Concessão. Este fluxo de recebimentos é atualizado pela taxa ou índice que remunera o ativo, estabelecida no início de cada projeto.

3.2. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários e aplicações financeiras e são classificados como ativos financeiros a valor justo por meio do resultado, sendo apresentados no balanço patrimonial ao valor justo, com os correspondentes ganhos ou perdas reconhecidas na demonstração do resultado. Para que uma aplicação financeira seja qualificada como equivalentes de caixa, ela precisa ter conversibilidade imediata em montante conhecido de caixa e estar sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Portanto, uma aplicação financeira normalmente se qualifica como equivalentes de caixa somente quando tem vencimento de curto prazo, por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da aquisição.

3.3. Provisão para redução ao provável valor de realização dos ativos

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável.

Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia não identificou nenhum indicador, por meio de informações extraídas de fontes internas e externas, relacionado a perdas por redução ao valor provável de recuperação dos ativos.

3.4. Provisões

Provisões são reconhecidas quando a Companhia possui uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante de um evento passado, cuja liquidação seja considerada como provável e seu montante possa ser estimado de forma confiável. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado.

O montante reconhecido como uma provisão é a melhor estimativa do valor requerido para liquidar a obrigação na data do balanço, levando em conta os riscos e incertezas inerentes ao processo de estimativa do valor da obrigação.

3.5. Provisões para litígios

As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções físicas ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas informações contábeis intermediárias, devido às imprecisões inerentes ao processo da sua determinação. A Companhia revisa e ajusta suas estimativas e premissas anualmente.

3.6. Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

Reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados, sendo provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e o valor possa ser estimado com segurança. As provisões são quantificadas ao valor presente do desembolso esperado para liquidar a obrigação, sendo utilizada a taxa adequada de desconto de acordo com os riscos relacionados ao passivo.

3.7. Passivos financeiros

São quaisquer passivos que sejam obrigações contratuais (i) que determinem a entrega de caixa ou de outro ativo contratual para outra entidade ou, ainda, (ii) que determinem uma troca de ativos ou passivos financeiros com outra entidade em condições desfavoráveis à Companhia.

Passivos financeiros ainda incluem contratos que serão ou poderão ser liquidados com títulos patrimoniais da própria entidade.

Os passivos financeiros são classificados dentro das seguintes categorias: passivo financeiro ao valor justo por meio do resultado; empréstimos e recebíveis, conforme o caso. Esta classificação depende da natureza e do propósito do passivo financeiro, os quais são determinados no seu reconhecimento inicial.

Os instrumentos financeiros da Companhia são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo e, no caso de empréstimos, financiamentos e debêntures não conversíveis, são acrescidos do custo da transação diretamente relacionado.

A Companhia não apresentou nenhum passivo financeiro a valor justo por meio do resultado.

3.8. Instrumentos financeiros

Conforme o IFRS 9 / CPC 48, no reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado em: a custo amortizado; valor justo por meio dos outros resultados abrangentes (“VJORA”) - instrumento de dívida; VJORA - instrumento patrimonial; e valor justo por meio de resultado (“VJR”). A classificação dos ativos financeiros segundo o IFRS 9 / CPC 48 é substancialmente estabelecida conforme o modelo de negócios no qual um ativo financeiro é gerenciado e em suas características de fluxos de caixa contratuais. As novas políticas contábeis significativas estão descritas a seguir:

Ativos financeiros a custo amortizado - Estes ativos são mensurados de forma subsequente ao custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por redução ao valor recuperável. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e perdas são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado a VJR:

- é mantido dentro de um modelo de negócio cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Um instrumento de dívida é mensurado a VJORA se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado a VJR:

- é mantido dentro de um modelo de negócio cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e

- seus termos contratuais geram em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Os ativos financeiros da empresa são substancialmente representados por aplicações financeiras com remuneração atrelada à variação do Caixa e equivalentes de caixa (nota 4) Caixa e equivalentes de caixa e (nota 8) Ativo Contratual da concessão, ambos classificados como mensurados subsequentemente ao custo amortizado. A adoção do IFRS 9 / CPC 48 não resultou em modificações nas demonstrações financeiras.

Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

Os passivos financeiros da empresa estão substancialmente representados por, (nota 09) Fornecedores, (nota 10) Debentures e (nota 12) Partes Relacionadas os quais estão classificados como mensurados subsequentemente ao custo amortizado. Em relação aos passivos financeiros, adoção do IFRS 9 / CPC 48 não resultou em modificações nas demonstrações financeiras.

3.9. Imposto de Renda e Contribuição social corrente e diferido

O Imposto de Renda e a Contribuição Social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente a R\$ 240 anuais para o imposto de renda e de 9% sobre o lucro tributável para contribuição social.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda e contribuição social correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado, a menos que estejam relacionados a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes, quando aplicável.

Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados pelas alíquotas aplicáveis no período no qual se espera que o passivo seja liquidado ou o ativo realizado, com base nas alíquotas previstas na legislação tributária vigente no final de cada exercício.

O Imposto de Renda e a Contribuição Social do exercício corrente e diferido serão calculados com base no regime do lucro presumido.

A Administração periodicamente avalia a posição fiscal das situações as quais a regulamentação fiscal requer interpretações e estabelece provisões quando apropriado.

3.10. Outros ativos e passivos circulantes e não circulantes

Um ativo é reconhecido no balanço quando se trata de recurso controlado pela Companhia decorrente de eventos passados e do qual se espera que resultem em benefícios econômicos futuros.

Um passivo é reconhecido no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo.

Os outros ativos estão demonstrados pelos valores de aquisição ou de realização, quando este último for menor, e os outros passivos estão demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e atualizações monetárias incorridas.

3.11. Ajuste de valor presente

Os ativos e passivos monetários de longo prazo e os de curto prazo, quando o efeito é considerado relevante em relação às informações contábeis intermediárias tomadas em conjunto, são ajustados pelo seu valor presente.

O ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos. Dessa forma, os juros embutidos nas receitas, despesas e custos associados a esses ativos e passivos são descontados com o intuito de reconhecê-los em conformidade com o regime de competência de exercícios. Posteriormente, esses juros são realocados nas linhas de despesas e receitas financeiras no resultado por meio da utilização do método da taxa efetiva de juros em relação aos fluxos de caixa contratuais.

As taxas de juros implícitas aplicadas foram determinadas com base em premissas e são consideradas estimativas contábeis. Nas datas das informações contábeis a Companhia não possuía ajustes a valor presente de montantes significativos.

3.12. Reconhecimento de receita

As receitas são reconhecidas quando ou conforme a entidade satisfaz as obrigações de performance assumidas no contrato com o cliente.

A receita inclui somente os ingressos brutos de benefícios econômicos recebidos e a receber pela Companhia. Uma receita não é reconhecida se houver uma incerteza significativa sobre a sua realização. As quantias cobradas por conta de terceiros - tais como tributos sobre vendas não são benefícios econômicos da Companhia, portanto, não estão apresentadas na demonstração do resultado.

Atualmente, como a Companhia encontra-se em fase de construção, possui em seus registros apenas a receita de construção, a qual se refere aos Serviços de implementação da infraestrutura de transmissão de energia elétrica e de atualização do ativo contratual.

Receita de transmissão de Energia Elétrica (receita de atualização do ativo contratual e de construção)

- **Receita de infraestrutura**

No período pré-operacional, a receita é referente aos serviços de implementação da infraestrutura, ampliação, reforço e melhorias das instalações de transmissão de energia elétrica. As receitas de infraestrutura são reconhecidas conforme os gastos incorridos, considerando que boa parte de suas instalações é implementada através de contratos terceirizados com partes não relacionadas.

O valor da receita pode ser mensurado com segurança, e os benefícios são atingidos para as atividades de transmissão de energia, uma vez que, na atividade de transmissão de energia, a receita Anual Permitida prevista no contrato de concessão, a RAP, é realizada (recebida/auferida) pela disponibilização das instalações do sistema de transmissão e não depende da utilização da infraestrutura pelos usuários do sistema.

- **Remuneração dos ativos de concessão**

São registradas as receitas de remuneração dos ativos da concessão referente aos juros reconhecidos com base na taxa de retorno sobre o montante a receber da receita de infraestrutura. A taxa ou índice busca precificar o componente financeiro do ativo contratual, determinada na data de início de cada contrato de concessão.

A taxa de retorno incide sobre o montante a receber do fluxo futuro de recebimento de caixa. A receita de juros é incluída na rubrica receita financeira, na demonstração do resultado.

- **Receita de operação e manutenção**

Refere-se aos serviços de operação e manutenção das instalações de transmissão de energia elétrica, que tem início após o término da fase de construção. A receita consiste na remuneração pela Operação e Manutenção visando a não interrupção da disponibilidade das instalações.

3.13. Resultado por ação

A Companhia efetua os cálculos do resultado, conforme pronunciamento técnico CPC 41 (IAS 33).

O Resultado por ação básico é calculado dividindo-se o lucro ou prejuízo do exercício atribuído aos acionistas da Companhia pela média ponderada da quantidade de ações em circulação (incluindo ajustes por bônus e emissão de direitos).

O Resultado por ação diluído é calculado ajustando-se o lucro ou prejuízo e a média ponderada da quantidade de ações levando-se em conta a conversão de todas as ações potenciais com efeito de diluição. Ações potenciais são instrumentos patrimoniais ou contratos capazes de resultar na emissão de ações, como títulos conversíveis e opções, incluindo opções de compra de ações, por empregados.

4. Caixa e equivalentes de caixa

| | <u>31/12/2020</u> | <u>31/12/2019</u> |
|------------------------|-------------------|-------------------|
| Bancos conta movimento | 1 | 1 |
| Aplicações financeiras | 26 | 24.733 |
| | <u>27</u> | <u>24.734</u> |

As aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. Em dezembro de 2020, as aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, foram prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estavam sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor.

Notas explicativas às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019
Em milhares de reais

Esses investimentos financeiros referem-se, substancialmente, os fundos de renda fixa remunerados a taxas de 101% (98% em 2019) do certificado de Depósito Interbancário - CDI, e os montantes referem-se a aplicações automáticas.

5. Impostos a recuperar

| | <u>31/12/2020</u> | <u>31/12/2019</u> |
|----------------------------------|-------------------|-------------------|
| Imposto de renda retido na fonte | 4 | 5 |
| | <u>4</u> | <u>5</u> |

Essa conta destina-se a registrar o IRRF (Imposto de renda retido na fonte) nas operações previstas na legislação e que será recuperado mediante compensação com o imposto de renda quando da apresentação da Declaração de Rendimentos ou de outra forma.

6. Despesas pagas antecipadamente

| | <u>31/12/2020</u> | <u>31/12/2019</u> |
|----------------------|-------------------|-------------------|
| Despesas antecipadas | 149 | 271 |
| | <u>149</u> | <u>271</u> |
| Circulante | 121 | 121 |
| Não circulante | 28 | 150 |

Destina-se a registrar as despesas pagas antecipadamente como seguro garantia, contra Incêndio e IPTU. A Companhia mantém a cobertura de seguro garantia, levando em conta o grau de risco, por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais perdas sobre seus ativos e/ou responsabilidades, decorrente do Leilão para garantia de fiel cumprimento.

7. Cauções e depósitos judiciais

| | <u>31/12/2020</u> | <u>31/12/2019</u> |
|---------------------------------------|-------------------|-------------------|
| Depósitos judiciais - desapropriações | 5.179 | 5.098 |
| | <u>5.179</u> | <u>5.098</u> |

Os depósitos efetuados pela Companhia, representam o valor depositado no decorrer de um processo, antes da decisão final. Seu objetivo é garantir que, caso a condenação realmente ocorra, a sentença seja cumprida. Estes depósitos estão vinculados aos processos em andamento, registrados da conta de Provisão de contingências em servidões.

Notas explicativas às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019
Em milhares de reais

8. Ativo contratual da concessão

A infraestrutura implantada na atividade de transmissão da Companhia é, ou será recuperada através de dois fluxos de caixa, a saber:

- Parte por meio da Receita Anual Permitida - RAP recebida durante o prazo definido pelo contrato de concessão;
- Parte como indenização dos bens reversíveis no final do prazo da concessão.

Movimentação do ativo contratual da concessão em 31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019:

| | <u>31/12/2020</u> | <u>31/12/2019</u> |
|--------------------------------|-------------------|-------------------|
| Saldos iniciais | 101.141 | 16.361 |
| Adições (custo de construção) | 43.650 | 52.675 |
| Juros e atualização financeira | 12.679 | 5.337 |
| Margem de construção | 7.812 | 26.768 |
| Saldos finais | <u>165.282</u> | <u>101.141</u> |
| WACC | 0,82% a.m. | 0,82% a.m. |
| Margem de construção | 21,04% | 28,65% |
| Circulante | 6.503 | 3.829 |
| Não Circulante | 158.779 | 97.312 |
| | <u>165.282</u> | <u>101.141</u> |

O cálculo do ativo da concessão foi feito com base em análises que envolviam o julgamento no que diz respeito a aplicabilidade da interpretação do contrato de concessão, das práticas adotadas em Normas Internacionais-IFRS, determinação e classificação dos gastos de implementação da infraestrutura como ativo contratual. Para compor esse cenário, abaixo descrevemos as premissas adotadas:

- Taxa ou índice de atualização do Ativo Contratual baseado no WACC conforme valores mencionados no Contrato de Concessão e informações referente ao Custo do Capital calculados no BID do Investimento, estimada pela Companhia por meio de componentes internos e externos de mercado, e é utilizada para remunerar o ativo contratual durante o período de construção.
- Margem de construção calculada com base em projeções financeiras referente aos custos de Capex, Opex e RAP; Após a entrada em operação comercial, a taxa ou índice será revisado de acordo com os investimentos realizados após a finalização da construção e com base também na RAP e no custo de operação e manutenção.

Notas explicativas às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019
Em milhares de reais

9. Fornecedores

| | | |
|----------------------|-------------------|-------------------|
| | <u>31/12/2020</u> | <u>31/12/2019</u> |
| Materiais e serviços | 7.610 | 9.992 |
| | <u>7.610</u> | <u>9.992</u> |

Registro de fornecedores ligados à implantação das instalações de transmissão de energia elétrica.

10. Debêntures

| | <u>Circulante</u> | | <u>Não circulante</u> | |
|---|-------------------|--------------|-----------------------|---------------|
| | 31/12/2020 | 31/12/2019 | 31/12/2020 | 31/12/2019 |
| Saldo inicial | 3.038 | - | 58.583 | - |
| Emissão de Debêntures | - | - | 10.823 | 60.765 |
| Juros sobre debêntures | 322 | - | 6.120 | 1.536 |
| Variação monetária sobre debêntures | - | - | 2.058 | 851 |
| Custos | - | - | - | (1.553) |
| Apropriação de custos | - | - | 78 | 22 |
| Transferência entre curto e longo prazo | 541 | 3.038 | (541) | (3.038) |
| | <u>3.901</u> | <u>3.038</u> | <u>77.121</u> | <u>58.583</u> |

As Partes, (1) TRANSMISSORA DE ENERGIA CAMPINAS-ITATIBA SPE S.A., (2) VÓRTX DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA, (3) F3C EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES S.A e (4) ARCANJO GONZALEZ, celebraram, em 18 de setembro de 2019, o “Instrumento Particular de Escritura da Primeira Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real, com Garantia Adicional Fidejussória, em Duas Séries, para Distribuição Pública, com Esforços Restritos, da Transmissora de Energia Campinas-Itatiba SPE S.A.”, o qual foi devidamente registrado na JUCESP sob o nº ED003101-0/000, em 04 de outubro de 2019 (“Escritura de Emissão”);

(i) a 1ª (primeira) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real e com garantia adicional fidejussória, em duas séries (“Emissão” e “Debêntures”, respectivamente) foi aprovada pela Assembleia Geral Extraordinária da Emissora realizada em 18 de setembro de 2019 (“AGE Emissora”), cuja ata foi devidamente registrada na JUCESP sob o nº 531.115/19-7, em 04 de outubro de 2019, e publicada no Diário Oficial do Estado de São Paulo (DOESP) e no jornal “Gazeta de São Paulo”, nos termos do artigo 62, inciso I, e do artigo 289, parágrafo 1º, da Lei das Sociedades por Ações;

(ii) em 04 de outubro de 2019 foi realizada a Assembleia Geral de Debenturistas, a ser registrada JUCESP, por meio do qual foram aprovadas as matérias objeto deste Primeiro Aditamento (“AGD”);

Resolvem as Partes, por meio da escritura e na melhor forma de direito, firmar o Primeiro Aditamento, para emissão de debêntures.

1. Número da Emissão

A presente Emissão representa a 1ª (primeira) emissão de debêntures da Emissora.

2. Valor Total da Emissão

O valor total da Emissão será de R\$90.000.000,00 (noventa milhões de reais), na Data de Emissão (conforme definido abaixo) sendo R\$70.000.000,00 (setenta milhões de reais) referentes às Debêntures da 1ª Série (conforme abaixo definido) e R\$20.000.000,00 (vinte milhões de reais) referentes às Debêntures da 2ª Série (conforme abaixo definido), observada a possibilidade de distribuição parcial das Debêntures, nos termos da Cláusula 3.7.8 abaixo.

3. Quantidade de Debêntures e Número de Séries

A Emissão será composta de 90.000 (noventa mil) Debêntures, sendo 70.000 (setenta mil) debêntures da 1ª série (“**Debêntures da 1ª Série**”) e 20.000 (vinte mil) debêntures da 2ª série (“**Debêntures da 2ª Série**”, em conjunto com as Debêntures da 1ª Série, “**Debêntures**”), observada a possibilidade de distribuição parcial das Debêntures, nos termos da Cláusula 3.7.8 abaixo.

A Emissão será realizada em 2 (duas) séries.

Sem prejuízo ao disposto na Cláusula 3.6 abaixo, as Debêntures serão emitidas na forma do artigo 2º, parágrafo 1º e 1º-B da Lei 12.431 e do Decreto 8.874, observadas as disposições presentes e respeitando os limites permitidos nas Portarias do MME, da ANEEL e demais órgãos regulatórios competentes.

iii) Liberação financeira da 1º emissão e da 2º emissão

1º Emissão

O valor de R\$ 70.000 (Setenta milhões de reais) referente a 1º emissão foi liberado nas seguintes datas:

TRANSMISSORA DE ENERGIA CAMPINAS ITATIBA - SPE S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019
Em milhares de reais

| <u>Data</u> | <u>Valor</u> |
|-------------|---------------|
| 03/10/2019 | 30.000 |
| 04/12/2019 | 30.000 |
| 16/06/2020 | 10.000 |
| | <u>70.000</u> |

2º Emissão

A liberação da 2º série está condicionada ao início das operações de transmissão.

11. Obrigações tributárias

| | <u>31/12/2020</u> | <u>31/12/2019</u> |
|------------------------------------|-------------------|-------------------|
| Retenções federais de fornecedores | 744 | 187 |
| ISS a recolher | 532 | 125 |
| Outros impostos | 148 | 12 |
| | <u>1.424</u> | <u>324</u> |

12. Partes relacionadas

| | <u>31/12/2020</u> | <u>31/12/2019</u> |
|------------------------|-------------------|-------------------|
| F3C Investimentos S.A. | 1.933 | - |
| | <u>1.933</u> | <u>-</u> |

Refere-se a contrato de mútuo realizado entre as partes.

13. Provisões para litígios

| | <u>31/12/2020</u> | <u>31/12/2019</u> |
|---|-------------------|-------------------|
| Provisões para contingências em servidões | 7.501 | 7.769 |
| | <u>7.501</u> | <u>7.769</u> |

A Companhia é parte em ações judiciais e processos perante tribunais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões ligadas a servidões.

A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos e análise das demandas judiciais em curso, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as obrigações legais e as perdas prováveis estimadas.

14. Tributos diferidos

| | <u>31/12/2020</u> | <u>31/12/2019</u> |
|---|-------------------|-------------------|
| Pis diferido (a) | 1.075 | 658 |
| Cofins diferido (a) | 4.959 | 3.035 |
| Imposto de renda - IRPJ diferido (b) | 3.216 | 1.957 |
| Contribuição social - CSLL diferido (b) | 1.785 | 1.093 |
| | <u>11.035</u> | <u>6.743</u> |

Notas explicativas às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019
Em milhares de reais

- (a) Os saldos de PIS e COFINS diferidos são relativos às receitas de implementação da infraestrutura e remuneração do ativo de concessão apurados sobre o ativo contratual registrado conforme competência contábil. O recolhimento ocorre à medida do efetivo recebimento, através da RAP - Receita Anual Permitida.
- (b) Os saldos de imposto de renda e contribuição social diferidos sobre às receitas de implementação da infraestrutura e remuneração do ativo da concessão (ICPC 01 (R1)) e adoção do CPC 47, bem como da Instrução Normativa 1753/17 reconhecidos por competência, que são oferecidos à tributação a medida do efetivo recebimento, através da RAP - Receita Anual Permitida.

A Companhia adotou o regime de lucro presumido. E para cômputo do imposto de renda e contribuição social diferidos, a Companhia adotou as alíquotas de presunção, tendo em vista que estas mesmas alíquotas serão base para tributação dos lucros futuros.

15. Patrimônio líquido

15.1. Capital social:

Em 31 de dezembro de 2020, o capital subscrito e integralizado está representado por 100.000 ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal, conforme demonstrado a seguir:

| | 31/12/2020 | | |
|--|---------------------|---------------|---------------------|
| | Quantidade de ações | R\$ | % do capital social |
| F3C Empreendimentos e Participações S.A. | 20.922 | 20.922 | 99,995% |
| Arcanjo Gonzalez | 1 | 1 | 0,005% |
| | 20.923 | 20.923 | 100,00% |

15.2. Reserva de lucros a realizar

Com base na Lei 6.404/76 a reserva de lucros a realizar deve ser apenas utilizada para absorver prejuízos e pagar dividendos.

15.3. Lucros acumulados

Em função da adoção do CPC 47, o contrato de concessão passou a ser registrado como ativo contratual. O efeito da atualização referente aos exercícios de 2016, 2017 e 2018 foi ajustado no saldo inicial de 2019, na rubrica de “Lucros Acumulados” no Patrimônio Líquido.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

Em 31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019

Em milhares de reais

16. Receita operacional líquida

| | <u>31/12/2020</u> | <u>31/12/2019</u> |
|--|----------------------|----------------------|
| Receita Bruta | | |
| Receita de construção | 51.472 | 73.182 |
| Receita de atualização do ativo contratual | 12.670 | 4.528 |
| | <u>64.142</u> | <u>77.710</u> |
| (-) Deduções | | |
| Pis sobre receita - diferido | (417) | (505) |
| Cofins sobre receita - diferido | (1.924) | (2.333) |
| | <u>(2.341)</u> | <u>(2.838)</u> |
| | <u><u>61.801</u></u> | <u><u>74.872</u></u> |

17. Custos operacionais e despesas gerais e administrativas

| | <u>31/12/2020</u> | | | <u>31/12/2019</u> | | |
|--------------------------|-------------------|----------------|-----------------|-------------------|----------------|-----------------|
| | <u>Custo</u> | <u>Despesa</u> | <u>Total</u> | <u>Custo</u> | <u>Despesa</u> | <u>Total</u> |
| Custo de construção | (43.650) | - | (43.650) | (52.675) | - | (52.675) |
| Pessoal | - | (11) | (11) | - | (460) | (460) |
| Serviços de terceiros | - | (379) | (379) | - | (189) | (189) |
| Seguros | - | - | - | - | (1) | (1) |
| Arrendamentos e aluguéis | - | (1) | (1) | - | (106) | (106) |
| Tributos | - | (1) | (1) | - | (13) | (13) |
| | <u>(43.650)</u> | <u>(392)</u> | <u>(44.042)</u> | <u>(52.675)</u> | <u>(769)</u> | <u>(53.444)</u> |

18. Resultado financeiro, líquido

| | <u>31/12/2020</u> | <u>31/12/2019</u> |
|------------------------------------|---------------------|---------------------|
| Receitas Financeiras | | |
| Receitas de aplicações financeiras | 87 | 10 |
| Variações monetárias | 564 | 418 |
| Outras receitas financeiras | 33 | 72 |
| | <u>684</u> | <u>500</u> |
| Despesas Financeiras | | |
| Outras despesas financeiras | (977) | (1.203) |
| | <u>(977)</u> | <u>(1.203)</u> |
| | <u><u>(293)</u></u> | <u><u>(703)</u></u> |

19. Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos

Os principais fatores de risco a que a Companhia está exposta refletem aspectos estratégico-operacionais e econômico-financeiros.

Os riscos econômicos e financeiros refletem, principalmente, o comportamento de variáveis macroeconômicas, taxas de juros, bem como as características dos instrumentos financeiros utilizadas pela Companhia.

TRANSMISSORA DE ENERGIA CAMPINAS ITATIBA - SPE S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis Em 31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019 Em milhares de reais

A Companhia possui como prática gerir os riscos existentes de forma conservadora, sendo que essa prática possui como principais objetivos preservar o valor e a liquidez dos ativos financeiros e garantir recursos financeiros para o bom e pleno andamento dos negócios.

Compete a Administração revisar e estabelecer políticas para gestão de cada um desses riscos, os quais estão resumidos abaixo.

Os principais riscos financeiros considerados pela gestão da Administração são:

- Risco de mercado;
- Risco de liquidez;
- Risco de taxas de juros;
- Risco de crédito; e
- Risco operacional.

Todas as operações com instrumentos financeiros estão reconhecidas nas demonstrações contábeis da Companhia, conforme tabelas abaixo:

Ativos:

| | <u>2020</u> | <u>2019</u> |
|-------------------------------|----------------|----------------|
| Caixa e equivalentes de caixa | 27 | 24.734 |
| Ativo contratual | <u>165.282</u> | <u>101.141</u> |
| | <u>165.309</u> | <u>125.875</u> |

Passivo:

| | <u>2020</u> | <u>2019</u> |
|---------------------|---------------|---------------|
| Fornecedores | 7.610 | 9.992 |
| Debentures | 77.121 | 58.583 |
| Partes relacionadas | <u>1.933</u> | - |
| | <u>86.664</u> | <u>68.575</u> |

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2020 não houve nenhuma reclassificação entre as categorias, valor justo por meio do resultado, empréstimos e recebíveis e passivos pelo custo amortizado, apresentadas nas tabelas acima.

Essa nota apresenta informações sobre a exposição da Companhia a cada um dos riscos supramencionados, os objetivos, as práticas e os processos para a mensuração e gerenciamento de risco, e o gerenciamento de capital. Divulgações quantitativas adicionais são incluídas ao longo dessas demonstrações contábeis.

Notas explicativas às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019
Em milhares de reais

Risco de mercado

O risco de mercado decorre da possibilidade de estagnação econômica, perdas decorrentes do efeito da oscilação dos valores de mercado de instrumentos financeiros, oscilação das taxas de juros e preços dos produtos.

A Companhia adota uma política conservadora baseada na administração de suas posições ativas e passivas, focando a liquidez e a mitigação de risco.

Risco de crédito

A Companhia está exposta ao risco de crédito em suas atividades operacionais e depósitos em bancos e/ou instituições financeiras e outros instrumentos financeiros.

Risco de liquidez

É o risco em que a Companhia possa, eventualmente, encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista.

A Administração da Companhia busca uma gestão prudente do risco trabalhando para manter caixa compatível com as necessidades de desembolso, alinhando disponibilidade e geração de recursos de modo a cumprir suas obrigações nos prazos acordados, em consonância com o plano de negócios da Companhia.

Risco de taxas de juros

Decorre de a possibilidade da Companhia incorrer em ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros.

Visando à mitigação desse risco, a Companhia busca diversificar a captação de recursos em longo prazo, com taxas pré-fixadas ou pós-fixadas lastreados, de forma que, quaisquer resultados oriundos da volatilidade desses indexadores não incorram em nenhum impacto significativo:

Ativo:

| | <u>31.12.2020</u> | <u>31.12.2020</u> |
|------------------------|-------------------|-------------------|
| Aplicações financeiras | 27 | 24.734 |
| | <u>27</u> | <u>24.734</u> |

Passivo:

| | <u>31.12.2020</u> | <u>31.12.2020</u> |
|------------|-------------------|-------------------|
| Debentures | 77.121 | 58.583 |
| | <u>77.121</u> | <u>58.583</u> |

Sensibilidade a taxas de juros

As operações da Companhia são indexadas a taxas pré e pós-fixadas, sendo as taxas pós-fixadas por CDI, sendo assim, a Administração, de uma maneira geral, entende que qualquer oscilação nas taxas de juros não representaria nenhum impacto significativo nos resultados da Companhia.

Risco operacional

Risco operacional é o risco de prejuízos diretos ou indiretos decorrentes de uma variedade de causas associadas a processos, pessoal, tecnologia e infraestrutura da Companhia e de fatores externos, exceto riscos de crédito, mercado e liquidez, como aqueles decorrentes de exigências legais e regulatórias e de padrões geralmente aceitos de comportamento empresarial.

20. Cobertura de seguros

A Companhia mantém a cobertura de seguro Garantia e de Incêndio, levando em conta o grau de risco, por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais perdas sobre seus ativos e/ou responsabilidades. Não está incluído no escopo dos trabalhos de auditoria, emitir opinião sobre a suficiência da cobertura de seguros a qual foi determinada e avaliada quanto a sua adequação pela Administração da Companhia.

Em 31 de dezembro de 2020 as apólices com período vigente para esta Companhia são:

| | DESCRIÇÃO DA GARANTIA |
|-----------------------------|------------------------------|
| Seguradora: | Tokio Marine Seguradora S.A. |
| Apólice: | nº 061902016820707750006599 |
| Tipo: | Seguro Garantia |
| Valor segurado*: | R\$ 8.083.600,00 |
| Valor do prêmio*: | R\$ 697.625,75 |
| Período de vigência: | 23/06/2016 a 24/03/2022 |

| | DESCRIÇÃO DA GARANTIA |
|-----------------------------|------------------------------|
| Seguradora: | Liberty Seguros |
| Apólice: | 18-48-003.449 |
| Tipo: | Seguro Incêndio |
| Valor segurado*: | R\$ 20.425.000,00 |
| Valor do prêmio*: | R\$ 779,70 |
| Período de vigência: | 23/06/2016 a 24/03/2022 |

20 Eventos subsequentes

Em conformidade com as normas brasileiras de contabilidade, a Administração fez suas avaliações e chegou à conclusão de que não ocorreram outros fatos relevantes a serem divulgados entre a data base do encerramento das demonstrações financeiras e a data da sua respectiva aprovação.